

A MODA E O CELIBATO PEDAGÓGICO: PRESSUPOSTOS ÉTICOS E HIGIENISTAS NA EDUCAÇÃO DA DÉCADA DE 1920

THE FASHION AND THE PEDAGOGICAL CELIBACY: ESTIMATED ETHICAL AND HYGIENISTS IN THE EDUCATION OF THE DECADE OF 1920

Antonio Basilio Novaes Thomaz de MENEZES¹

RESUMO

Este artigo examina os pressupostos éticos e higienistas presentes na educação brasileira da década de 1920, por meio da produção intelectual do educador potiguar Nestor dos Santos Lima. Para tanto, faz uma análise dos pressupostos éticos e higienistas dos saberes da época, tomando por objeto duas publicações do autor: “As Modas e A Educação”, artigo publicado na revista *Pedagogium* em 1921 e “O Celibato Pedagógico”, tese apresentada por Nestor Lima no I Congresso Nacional de Educação, em 1927. A investigação procura traçar um paralelo entre essas publicações, colocando os pressupostos éticos e higienistas sob a ótica da normalização social que se faz presente no discurso educacional.

Palavras-chave: Educação. Ética. Higienismo. Normalização social.

ABSTRACT

*This article examines the ethical and hygiene conditions in the Brazilian education of the decade of 1920, through the intellectual output of an educator Potiguar, Nestor dos Santos Lima. For both, is an analysis of the assumptions and ethical hygiene knowledge of the season, taking object by two publications of the author. They are: “The Beauty and The Education”, an article published in the journal *Pedagogium*, 1921 and “The Celibato Educational,” argument presented by Nestor Lima in I National Congress of Education, 1927. The research seeks draw a parallel between these publications, putting the assumptions and ethical hygiene from the perspective of social standards that is present in educational speech.*

Keywords: Education. Ethics. Higienism. Social standards.

¹ Professor, Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Campus* Universitário, Av. Senador Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, 59072-970, Natal, RN, Brasil. E-mail: <gpfe @ufrnet.br>.

INTRODUÇÃO

A relação do Higienismo com a Educação, que marca o discurso educacional na década de 1920, situa-se no campo da *épistémé* ou da forma de organização dos saberes configurada a partir do século XIX, das Ciências Humanas fundadas no universal Homem, em torno do qual se estabelece um novo quadro de saberes como forma de delimitar a multiplicidade dos indivíduos aos aspectos modelares: trabalho, vida biológica e linguagem (FOUCAULT, 1966). Dentre esses saberes, a Ciência da Educação emerge como parte desse quadro histórico, demarcando sua condição limítrofe em relação às novas formas de saber que lhe constituem o objeto da prática pedagógica. Aquilo que cabe, por exemplo, no campo teórico, à Pedagogia Científica (PIZZOLI, 1910), à Psicologia da Educação (Le BON, 1909) ou ainda à Psicologia da Criança e à Pedagogia Experimental (CLAPARÈDE, 1911), consubstanciadas em marcos referenciais de uma compreensão capaz de elaborar um conhecimento específico sobre o objeto educacional nas ordens biológica, cognitiva e moral. O higienismo se associa a esse novo quadro de saberes como uma ideologia científica (CANGUILHEM, 1983) ou algo próprio à produção e à prática científica, que não se caracteriza como ciência no sentido rigoroso dos protocolos. Cabe ao higienismo uma fundamentação prática, com caráter científico, advindo dos saberes médicos, que superpõe ao pressuposto das condições biológicas de saúde física e mental a proposta da Ciência da Educação de uma boa formação física, intelectual e moral do indivíduo. De tal modo que as relações entre educação e higienismo se delineiam no espaço que descreve a forma de organização dos saberes da época, cujas formações discursivas se articulam em torno de um eixo tripartido - fisiológico, psíquico e moral - do indivíduo tomado sob a ótica universal do Homem.

De outro modo, é no âmbito da interseção dos aspectos da formação discursiva, da *épistémé*, associada aos elementos não discursivos, das práticas educativas que a normalização emerge como uma dimensão constituinte do discurso higienista na educação, situada no plano de consolidação da ordem social, traduzida no ideal de formar cidadãos sadios, física e moralmente, capazes para o trabalho e socialmente integrados às normas. A normalização corresponde à produção de “uma maquinaria que funciona como um microscópio do comportamento” (FOUCAULT, 1975, p.204), na qual a educação constitui-se num dispositivo² de garantia da sociedade, dos seus valores, da sua produção e forma de organização. Racionalizar o espaço, estabelecer condições saudáveis de vida, organizar horários, atividades e alimentação e eliminar costumes perniciosos à sociedade são aspectos do dispositivo de normalização que denotam a influência higienista materializada no discurso educacional.

Situando esse aspecto da normalização social no quadro histórico do século XIX, período em que a Epidemiologia se caracteriza como “uma disciplina científica com seu conjunto particular de enunciados, normas de verificação e coerência” (BARATA, 1998, p.14), as matrizes epistêmicas do higienismo já apresentam “práticas discursivas marcadas pela quantificação dos eventos vitais, óbitos e nascimentos, inicialmente relacionados com interesses do Estado e posteriormente orientados para a investigação de padrões de adoecimento da população” (BARATA, 1998, p.14). Isso revela que o higienismo, como uma ideologia científica (CANGUILHEM, 1983) desse período, se configura no quadro referencial de uma biopolítica (FOUCAULT, 1976) que marca a emergência da sociedade moderna.

A biopolítica se define por um regime de poder que, consolidado entre o final do século XVIII e início do XIX, visa não apenas ao governo dos indivíduos através de certo número de

² Foucault (1984a, p.299) entende por dispositivo “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos”.

procedimentos disciplinares, mas também ao conjunto dos viventes constituídos em população. A biopolítica - como regime de poder e dispositivo de saber - se ocupa do “corpo-espécie” ou o “corpo transpassado pela mecânica do ser vivo enquanto suporte dos processos biológicos” que possibilitam “toda uma série de intervenções e controles reguladores” (FOUCAULT, 1976, p.183) sobre a vida da população. Nessa medida, a gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc. se transforma numa preocupação política que perpassa toda produção dos saberes e práticas na sociedade moderna, materializando-se nos dispositivos sociais dos discursos e das práticas educacionais.

Nesse contexto, a Ciência da Educação, enquanto parte do conjunto dos dispositivos sociais, aponta para a dimensão da governamentalidade ou a forma de governo e autogoverno dos indivíduos na sociedade moderna que demarca “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 1984b, p.785), uma vez que é a partir do modelo de formação da prática pedagógica que essas duas técnicas vão encontrar-se tanto no nível do conhecimento de um sujeito educacional, por meio de diferentes saberes, como na sua conformação individual, de hábitos, costumes e valores pelos quais ele se reconhece como tal.

Assim, a influência higienista no discurso educacional da década de 1920 descreve no seu recorte histórico um quadro sinótico de relações nas diferentes ordens do poder e do saber que caracterizam a materialidade dos seus pressupostos nos enunciados específicos de cada caso. As Modas e A Educação (LIMA, 1921a) e o Celibato Pedagógico (LIMA, 1927) são documentos dessa materialidade do discurso educacional que se volta para a formação do professor a partir da perspectiva higienista de um agente formador da sociedade, guardião da ordem e prócere da civilização, tal como assinala esta passagem de Nestor Lima numa alocação aos formandos da Escola Normal de Natal em 1913:

Eu estou cada vez mais convencido de que a origem de todos os males é a ignorância: mas a ignorância das normas de educação na família, a carência das escolas, o pouco caso da sociedade, na obra que é a sua base o seu fundamento indispensável [...] E porque será essa a obra de todos os mestres dignos do seu apostolado mas superiormente patrióticos do que literários ou artísticos é que prezados discípulos ao vir dar-vos a mão a acompanhar-vos na colação do grau eu invoco essas idéias da pátria através da bandeira e da missão a desempenhardes [...] unificando-as no vosso espírito para sempre apontar na trilha da vossa conduta (LIMA, 1913, p.24).

Os pressupostos ético-higienistas

Os pressupostos ético-higienistas do discurso educacional na década de 1920 circunscrevem, no Brasil, um recorte histórico que contempla o final do século XIX, o advento da República e as três primeiras décadas do século XX, de consolidação da nova ordem. Nesse período, caracterizado por um quadro de conformação da sociedade brasileira concomitante às mudanças operadas no *status quo*, o ideário republicano de ordem e progresso se associa ao de uma modernização emergente, das descobertas científicas, das inovações técnicas e das máquinas, da urbanização e industrialização progressivas, em paralelo ao esforço de construção das novas instituições e à tentativa de criação de uma identidade nacional para o país estabelecida em torno de um modelo social. Sanear as cidades, modelar os costumes, disciplinar as populações, higienizar a sociedade de todos os males que obstam o progresso são então perspectivas de intervenção social desse período que se coloca no contexto histórico de uma efervescência cultural articulada sobre os eixos do saber médico e pedagógico, enfatizado no papel social da educação em torno da proposta de uma formação completa - física, intelectual e moral - do brasileiro capaz de delinear uma identidade nacional para o Brasil republicano.

Situando-se dentro desse quadro histórico com suas particularidades específicas, o discurso educacional no Rio Grande do Norte se configura em meio a um processo de modernização da sociedade dentro de uma estrutura conservadora. Tendo sido o Estado alvo constante de epidemias desde o século XIX - “a primeira epidemia que alarmou o Rio Grande do Norte foi, em 1850, a febre amarela” (CASCUDO, 2002, p.29) -, as ações de modernização empreendidas no decorrer das primeiras décadas do século XX limitaram-se ao remodelamento urbanístico da capital - iluminação elétrica, bondes, bairros novos - e às obras de infraestrutura voltadas para produção - reforma do porto, rodagem, ferrovias, açudes e prédios públicos -, apenas tendo sido empreendida na década de 1920 uma política de intervenção social com a criação dos serviços de Profilaxia das Doenças Venéreas e Profilaxia e Saneamento Rural (CASCUDO, 1955, p.220).

É no campo educacional, contudo, que uma política de intervenção social faz-se visível com as reformas do ensino de 1908 e 1916 (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, 1917), voltadas para a formação primária da população potiguar. A criação da Escola Normal de Natal, do grupo escolar Escola Modelo Augusto Severo em 1908 e a proliferação de grupos escolares pelo interior do Estado na década de 1920 associam-se a uma reorganização administrativa do ensino - Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Escolas Isoladas e Escolas Rudimentares - e à criação, em 1924, do Departamento e do Conselho de Educação do Estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1930), como iniciativas de normalização institucional no âmbito da formação social. Desse modo o discurso educacional de Nestor Lima delinea-se a partir de um espaço de relações que define nesse contexto seus pressupostos em torno de um modelo social próprio inscrito na cultura da sociedade.

A influência do pensamento higienista na concepção educacional da época se faz notar na divulgação das ideias científicas pelos jornais literários existentes em Natal, movimento que tem no professor Cristovam Dantas - titular da cadeira de Higiene no Colégio Atheneu Norte-

Rio-Grandense - um dos seus maiores entusiastas. Dantas inaugura as reflexões acerca da eugenia num artigo intitulado “A criança e a eugenia”, publicado em 1920 pela Revista do Centro Polimático do Rio Grande do Norte. Sua concepção de uma eugenia mitigada superpõe a noção higienista de regeneração à perspectiva de reconstrução da cultura ou de “reconstruir o homem, o pensamento, a moral, os costumes: a escola, o lar; reconstruir o caráter” (DANTAS, 1920, p.3). Nessa medida, a educação infantil se coloca sob as leis da higiene como condição da regeneração da raça, tanto em termos de produção do indivíduo saudável, quanto em termos da profilaxia social dos indivíduos nocivos, obedecendo a critérios prévios, como assinala o autor em sua “Tabela de Robustez” (DANTAS, 1920, p.7).

De outro modo, a influência do quadro referencial higienista se apresenta disperso no discurso pedagógico de Nestor Lima, a exemplo de um artigo publicado em 1911, na coluna Pedagogia do jornal A República, em que o autor, ao tratar de métodos e processos no ensino de Moral e Cívica e Economia Doméstica, assevera que “um mestre deve lançar mão para influir sobre a conduta de seus discípulos no tocante ao desprezo do vício e ao culto do bem, da virtude, da energia e da coragem”, ressaltando o papel da família no ensino doméstico uma vez que “nos cuidados necessários à direção da casa, dos filhos e à economia e higiene da família e da habitação e nos tratamentos das moléstias etc.” (LIMA, 1911, p. 2) se encontra a base de toda existência social.

A presença dos pressupostos ético-higienistas na concepção educacional de Nestor Lima se configura na história da sua própria construção “sob o aspecto específico da análise do quadro de possibilidades da formação do discurso e sua dimensão histórica” (MENEZES, 2003, p.10). Materializados nos volumes da sua biblioteca particular encontram-se os pressupostos da construção de todo um discurso, alicerçado no jogo da organização dos saberes da época, o qual serve de modelo para a produção intelectual norte-rio-grandense. Os

saberes guardados na biblioteca tornam efetiva a transparência da *èpistémé* como todo um conjunto de vozes de autores que, aparentemente dissonantes, revelam-se uníssonos e ecoam na construção discursiva do autor.

Psicologia, Medicina e Pedologia são alguns dos saberes disseminados nas publicações de Nestor Lima e reunidos numa rede de múltiplos entrelaçamentos que descrevem o campo pedagógico-educacional dos pressupostos ético-higienistas presentes na produção intelectual do autor nas suas referências às obras de Compayré (1906, 1908), Dufestel (1909), Le Bon (1909), Paulhan (1909), Pizzoli (1910), Claparède (1911), Quaglio (1911), Lassablière (1911), Montessori (1915) e Afrânio Peixoto (1914), que, entre outras, constituem uma matriz de pensamento expressa nas suas concepções. Assim, a concepção pedagógico-educacional de Nestor Lima não se furta a um dos pressupostos centrais do pensamento higienista expresso pela categoria “anormal” como eixo de articulação dos seus enunciados.

A categoria “anormal”, pertinente a todo tipo de problematização e expressa na amplitude das formulações higienistas, constitui-se condição necessária de uma normalização ética que se efetiva tanto nos parâmetros culturais como nos padrões de comportamento individuais relativos ao conjunto da sociedade. Exemplo claro encontra-se em relação ao segundo aspecto, na concepção educacional de Nestor Lima, que baliza suas observações sobre as “escolas especiais” de Montevideú, em torno particularmente da “classe dos anormais” (LIMA, 1923), de modo explícito:

Estas são as crianças das escolas comuns que, por exame médico, demonstraram irregularidade mental, como instáveis ou apáticas que são na realidade. Eu visitei a todas. Aqui uma criança de oito anos, mirradinha, de rosto coberto de sardas e espinhas, tem os movimentos incertos e arrítmicos de um desequilibrado: ali, outra tem os movimentos lentos e demorados, de um

imbecil; aqui, outra é um tipo de bobo, aos catorze anos, já púbere, ri de tudo e tem a fisionomia típica dos anormais [...] surge um pretinho - Baêza - refugio das escolas comuns, onde era a causa de desordem permanente e a quem tudo de mal se atribuía invariavelmente. Este tem um ano de classe e já tem melhorado sensivelmente [...] O trabalho é penosíssimo de uma paciência ultraevangélica; pois dar ocupação manual e ensinar por meios ativos aquela classe de irregulares profundos e dela conseguir algum adiantamento é sinal de grande merecimento (LIMA, 1923, p.27).

De outro modo, uma dimensão intervencionista também aparece na concepção educacional de Nestor Lima como uma condição prática influenciada pelo pensamento higienista. Relata o autor na sua síntese do movimento pedagógico no Rio Grande do Norte:

Ainda há poucos anos, em plena vigência da nossa Reforma, houve ensejo de horrorizarem-se-me os olhos afeitos a métodos sistemáticos de instrução. Foi na risonha povoação de Campestre, distante cerca de oito léguas de Nova Cruz, que eu presenciei a classe de um mestre-escola de antanho, tipo completo da rotina e da ignorância profissional, que entre nós já reinaram. Imaginemos um mulatagão de quase dois metros de altura, tez carregada reumático, puxando a uns 70 janeiros, vasto, nariz rombóide cavalgado pelos ocultos sem grau, tendo à roda de si seis ou oito pirralhos desatentos e inquietos, de braços cruzados, olhar movediço e constante sorriso nos lábios [...] E fiquei supondo que aquele semi-homem, que tentava domesticar o gentio manso, como ele próprio considerava os seus buliçosos discípulos, era a encarnação rediviva do professor colonial, se ele tivera existido ou do moderno professor municipal, em plena radiação do atual século da criança, que vimos atravessando (LIMA, 1921b, p.13).

Assim, os pressupostos do discurso educacional de Nestor Lima evidenciam sua dimensão ético-higienista na condição pedagógica posta pelos saberes circulantes e pela configuração social da época, a partir dos aspectos característicos da sua produção ou das perspectivas de intervenção e normalização da sociedade.

As Modas e o celibato

Nacionalismo e gênero, pressupostos característicos do pensamento higienista brasileiro da época (HERSCHMANN; KROPF; NUNES, 1996), fazem-se presentes nas duas publicações de Nestor Lima, combinando os aspectos da identidade nacional e do caráter de gênero na problematização da moral e do exercício profissional da mulher no quadro dos valores e da demanda do papel social. A perspectiva de uma identidade nacional vinculada aos valores morais da sociedade aparece no artigo *As Modas e A Educação* (LIMA, 1921a) em torno da configuração do sujeito social caracterizado pelas normalistas, do mesmo modo que a tese *O Celibato Pedagógico* (LIMA, 1927) vincula as condições do exercício profissional ao caráter de gênero em torno de um modelo idealizado da professora e do seu dever para com a sociedade.

O problema da identidade nacional, em torno do qual se associam argumentos sobre as condições climáticas e a autenticidade dos valores, evidencia no artigo *As Modas e A Educação* (LIMA, 1921a) a construção da identidade em conformação com a do sujeito social a partir da dimensão moral assumida na figura da normalista. A busca de um perfil brasileiro para o vestuário corresponde a um modelo social idealizado que compreende um padrão de comportamento como conduta socialmente aceita. Assevera o autor ao defender a adoção e a obrigatoriedade do uniforme escolar para as normalistas como um “traje específico [...] tão simples, modesto e confortável, quanto moral e higiênico”, argumentando ainda que “se

coaduna com a natureza das funções, pela escola primária, dos novos espíritos verdadeiramente amantes do que a natureza lhes concedeu na terra, nos costumes, nas virtudes e nos hábitos característicos à nacionalidade” (LIMA, 1921a, p.19). Os argumentos de Nestor Lima articulam os pressupostos da Higiene e da Educação Física como caráter moral da roupa apropriada, partindo do princípio que “toda vestimenta que não proteger suficientemente o corpo das irregularidades do meio atmosférico ou não o resguardar contra a curiosidade malsã dos olhares alheios não preenche o seu duplo fim higiênico e moral” (LIMA, 1921a, p.15). Adverte o autor logo no início do artigo:

O palpitante assunto das modas femininas está intimamente ligado à questão educativa. Primeiramente, porque é norma sediz de higiene, e, pois, de educação física, a necessidade de preservar o organismo das intempéries por meio do vestuário; em segundo lugar, porque um preceito da educação moral exige o resguardo ao pudor individual através do traje (LIMA, 1921a, p.15).

Assim, Nestor Lima ressalta do ponto de vista institucional “a preocupação de quem tem as responsabilidades de um estabelecimento de educação, freqüentado por 5/6 de moças” e o concomitante “desejo de pô-las a salvo e ao abrigo de censuras” (LIMA, 1921a, p.15). E associa à sua defesa do uso do uniforme pelas normalistas o ponto de vista pedagógico, do vestuário adequado que obedece aos interesses primordiais da higiene e da moral, como também do exercício da função “quando a normalista faz às vezes de mestra e ensaia as suas propensões pedagógicas, num meio puramente escolar e apropriado” (LIMA, 1921a, p.19).

A normalização social da aparência, defendida pelo uso do traje apropriado, revela um dispositivo de controle da conduta correspondente àquele da identidade traduzida pela vestimenta que dá visibilidade aos padrões de

comportamento. Para Nestor Lima não cabe apenas uniformizar o vestuário das normalistas, mas conformar-lhes o comportamento como um sujeito social, resguardando a ordem da constante ameaça dos valores, do gênero, do “*grande mal*, que lavra de norte a sul, onde os exageros da moda extravagante contaminam assustadoramente todo o sexo belo” (LIMA, 1921a, p.17, grifo do autor).

Contudo a ameaça que representa o desvirtuamento da moda não se restringe apenas aos valores da conduta social, mas antes aos elementos da identidade cultural e do patriotismo, que o autor observa sob a ótica da adequação da vestimenta aos valores nacionais. Conclama Nestor Lima a necessidade de um “traje nacional”:

Quão sugestivo e grandioso seria, para os nossos estos de patriotismo, que se estabelecesse e cultivasse o traje brasileiro, definindo e caracterizando por toda parte a nossa estética e os traços do nosso patriotismo!? [...] Assim como hoje em dia cada nação, cada povo procura valorizar os seus produtos e elevar os seus caracteres específicos, em frente uns dos outros, devemos nós banir dos nossos costumes a macaqueação servil das modas ridículas, anti-higiênicas e nem sempre morais, substituindo-as pelos trajes simples, confortáveis e belos, que realçam a beleza de quem os possuir, mas, não deflagram nem aumentam a magrém e a realidade de quem as tiver [...] (LIMA, 1921a, p.18).

Para Nestor Lima, a identidade cultural se expressa nas especificidades do “traje nacional” como um vestuário que “conserva na simplicidade dos trajes locais e das suas cores características, toda essência das raças fortes de que descendem e que se perpetuam através de um dos seus belos aspectos: o bom gosto” (LIMA, 1921a, p.18). Assim, a postulação de uma vestimenta higiênica associa os aspectos do progresso aos da tradição cultural, possibilitando, aos olhos do autor, um ponto de vista conservador senão de preservação da tradição e adaptação ao progresso

como também do processo civilizatório, tal como revela o teor da sua crítica:

É, porém, de lamentarmos profundamente que esse vai-e-vem da moda não a encaminhe para o estabelecimento da nossa moda única, de uma vestimenta caracteristicamente nacional, em que se retratem os nossos hábitos ancestrais, combinados com as vantagens da higiene e as exigências do decoro de cada sexo (LIMA, 1921a, p.18).

Os pressupostos higienistas da condição biológica e do gênero que estão na base da compreensão do artigo de 1921, *As modas e A Educação*, reaparecem no discurso educacional de Nestor Lima em 1927 com a tese do *Celibato Pedagógico*, associando-os à capacidade da mulher e ao exercício da função. Seu objeto agora não é mais a normalização no nível da conformação social das normalistas, mas sim da naturalização dos valores no nível técnico da competência profissional. A tese põe em questão o papel da mulher a partir do princípio da família como célula-*mater* da sociedade e a hierarquia de valores decorrentes desse contexto.

A tese *O Celibato Pedagógico* (LIMA, 1927), defendida na I Conferência Nacional de Educação, caracteriza na esfera do discurso um documento específico relativo ao contexto histórico do movimento nacional pela educação. Nestor Lima compôs na ocasião a mesa diretora dos trabalhos da I Conferência ao lado de nomes como o de Lourenço Filho. LIMA alinhou seu trabalho no mesmo campo das teses com caráter higienista, tais como a de Renato Kehl - “O problema da Educação Sexual” - e a de Luis Antonio Lima - “Educação Sexual”, ou ainda como as de caráter propedêutico e profilático, a exemplo de “Como se pode fazer a Assistência Médica aos Alunos Pobres das Escolas Primárias”, de Leonel Gonzaga, e “Por que se impõe a primazia da Educação Higiênica Escolar”, de Belizário Penna (FERREIRA, 1993).

A tese do *Celibato* destaca a ótica da conformação de um modelo educacional

colocado sob as perspectivas da formação profissional e da naturalização de um perfil social a partir de uma matriz de fundamentação fisiológico-eugenista, estruturada em termos factuais da legislação e do exercício feminino do magistério. A tese consubstancia seu principal argumento nas ordens da avaliação técnica do Departamento de Educação e da experiência das Leis Estaduais nº 405 de 1916 e nº 677 de 1927 (RIO GRANDE DO NORTE, 1930), que concedem respectivamente “licença de dois meses às professoras grávidas” e “o instituto da licença especial”, prerrogativas legais que para Nestor Lima “vem resultando francamente desfavorável ao ensino público, sempre a voltas com as ausências das suas regentes” (LIMA, 1927, p.5). Assim, o autor argumenta na apresentação da sua tese:

É muito mais grave e séria do que parece a questão do celibato feminino ou da condição de mulher casada, em face da educação e do ensino como profissão habitual [...]. No Brasil, as soluções dadas pelos Regulamentos oficiais não resultam do estudo acurado das opiniões bem avisadas, mas se vão fazendo ao léu do sentimentalismo ou da aversão dos redatores ou inspirados dos decretos governamentais. A lei da reforma primária de Minas Gerais só dá acesso ao magistério a professoras solteiras, ou viúvas sem filhos. [...] A ser verdadeira a informação, está declarada a guerra ao matrimônio das educadoras oficiais, enquanto que aos profissionais ou outro sexo ninguém se lembrou sequer de pôr-lhes restrições, quanto mais de proibir-lhes as justas núpcias. Mas, também, se razões de sobra existem para aquela proibição, ao contrário, nenhuma se invoca em favor desta última (LIMA, 1927, p.3).

A proposta do celibato se pauta no princípio de uma hierarquia de valores estabelecida em torno do papel da mulher, a partir do princípio da família como célula-*mater* da sociedade. Desse modo, ser mãe e professora constituiria um

perigo à boa educação e um caráter nocivo ao funcionamento do organismo social. Uma vez codificado o exercício profissional na forma da lei, Nestor Lima levanta contra esse duplo caráter um antagonismo inerente entre a concepção idealizada do gênero e sua facticidade. Argumenta o autor:

O ideal da educação pública seria fazer desta o prolongamento dos lares; e quem melhor que as mães, poderiam educar a infância alheia por virtude dos seus predicados naturais já postos em prova na família e pelo exercício do magistério, que lhes dá o necessário traquejo e perícia educativa? Mas é que esse beneficente idealismo opõe-se realidades muito fortes e desconcertantes. [...] O que a prática nos ensina, diária e diuturnamente, é que o exercício simultâneo das duas funções - doméstica e pedagógica - se não são absolutamente incompatíveis, são, ao menos, prejudiciais à perfeição, à regularidade e à proficuidade de cada um deles (LIMA, 1927, p.4).

Assim, é em torno da discussão jurídica se: “teremos dado um passo avante ou teremos contribuído diretamente para prejuízos certos e indeclináveis do ensino oficial?” que o argumento inicial do autor se desdobra numa preocupação humana expressa no juízo de que “o legislador potiguar não viu mal, é certo, o problema da proteção ao ventre e colocou-se no ponto de vista humano e sentimental, embora, com sacrifício talvez do público interesse” (LIMA, 1927, p.6). Nessa medida, Nestor Lima articula em torno dos enunciados jurídicos uma perspectiva humanista que possibilita a defesa do celibato para as professoras na legislação, a partir do pressuposto higienista do modelo biológico do gênero aplicado às exigências da função. A naturalização social se consubstancia por meio dos enunciados da fisiologia que se coloca sob a ótica científica do autor na fundamentação da sua defesa do celibato. Nestor Lima procura demonstrar a partir da perspectiva eugenista, da higiene mental, o aspecto do

desgaste físico da mulher e denota até uma preocupação humanitária com sua condição, tal como se verifica nesta passagem:

Por mais diligente e laboriosa que a mulher seja, não poderá dar conta dos encargos da família, cuidar dos filhos e do marido, dirigir os empregados, enfim, a própria habitação, providenciando a tempo e a hora acerca de tudo quanto é necessário a regularidade da vida doméstica, de que é ela o fulcro e o ponto central, e por outro lado, preparar bem as lições, dispor metódica e previamente o seu trabalho, fazer a escrituração da classe, estudar e ilustrar-se constantemente, comparecer a hora marcada, esgotar o horário, preocupada tão somente com o seu mister pedagógico, sem os sobressaltos e o temor dos chamados urgentes e dos reclames aflitos de casa. [...] O trabalho mental da professora esgota e destrói os nervos, assim ela não pode contribuir para formar uma progênie sadia. Os eugenistas afirmam que as mulheres que trabalham mentalmente são pouco aptas para a profissão maternal” (LIMA, 1927, p.4).

Em síntese, tanto em “As Modas e A Educação”, de 1921, quanto na tese sobre “O Celibato Pedagógico”, de 1927, essa descontinuidade entre as publicações e a articulação geral dos pressupostos higienistas no discurso educacional de Nestor Lima denotam uma construção pedagógico-educacional, relativa à delimitação do conteúdo descrito, como uma formação discursiva superposta às dimensões da produção do saber e das práticas na caracterização dos diferentes enunciados. A dimensão da produção do saber corresponde à *épistémé* aplicada à prática na esfera da formação do discurso ao passo que as práticas de saber correspondem à dimensão prática produtora do

discurso, como práticas constitutivas de saberes que se alinham dentro do quadro histórico. Desse modo, uma unidade discursiva se articula entre essas dimensões sobrepostas, modeladas pela noção de “educação completa” em Nestor Lima (MENEZES, 2003), localizada no campo das técnicas e dispositivos pedagógicos de análise e adequação das particularidades ao quadro geral da formação.

CONCLUSÃO

A noção de educação completa ou integral em Nestor Lima traduz o seu significado a partir da consideração metodológica do autor em termos de um modelo ideal para o método pedagógico, cujo entendimento da integralidade revela-se como critério essencial, estendido à totalidade da compreensão dos vários aspectos educacionais através da aceção de uma formação completa. A articulação da educação com o pensamento higienista se estabelece, assim, no discurso de Nestor Lima como um pressuposto da Pedagogia clássica que traça no conjunto das suas finalidades um esboço da sua concepção ou de um bom método que no seu critério específico associa as modernas perspectivas de progresso e regeneração moral com a forma tradicional de normalização do indivíduo, e, no âmbito da instrução propriamente dita³, articula a racionalidade pedagógica e a produção do quadro social.

A perspectiva de uma educação completa ou integral articula um domínio total do conhecimento do sujeito como do objeto de ensino, centrando-se simultaneamente nos campos dos saberes e das práticas, articulando nas camadas distintas o conjunto das dimensões física, intelectual e moral da formação do indivíduo. A saber, ela revela o dispositivo da produção constante de tecnologias de adequação

³ A distinção entre os termos educação e instrução, utilizados de modo indistinto pelos teóricos da Pedagogia até o final do século XIX e início do século XX, aparece explícito em Nestor Lima a partir da identificação de duas instâncias, uma relativa apenas à transmissão do saber e outra concernente a tudo que envolve o ensino e a aprendizagem em termos físicos e mentais, como também de julgamento e valores.

do sujeito à esfera normativa e cognitiva como formas de ortopedização socioeducacional.

Nessa medida, o artigo “As Modas e A Educação” (LIMA, 1927) e a tese “O Celibato Pedagógico” (LIMA, 1921a) articulam seus enunciados em torno do aspecto da formação do professor, mais especificamente daquilo que se encontra relacionado ao gênero e que concerne às suas dimensões física, intelectual e moral, vinculadas à boa conduta e ao bom exercício profissional. Os temas da moda e do celibato circunscrevem então o campo das relações da perspectiva de uma educação completa naquilo que tange a conformação técnica e social da figura da professora, sua atitude e desempenho, problematizados a partir dos pressupostos ético-higienistas no pensamento educacional. As figuras da normalista e da professora - a quem cabe a construção do cidadão e da identidade nacional, e de quem se deve cuidar dada sua importância - também correspondem àquela do instrumento de consolidação da nova ordem republicana.

Assim, a perspectiva de uma educação completa em Nestor Lima evidencia a matriz do modelo biológico de interpretação e intervenção social no âmbito dos pressupostos higienistas aplicados à prática pedagógica e educacional, que tem por objeto a formação das professoras. E as modas e o celibato constituem aspectos dessa formação que, caudatários do Higienismo como a ideologia científica vigente no quadro histórico da época, são a expressão do contexto da educação potiguar na década de 1920.

REFERÊNCIAS

- AFRÂNIO PEIXOTO, J. *Elementos de medicina legal*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- BARATA, R.B. Epidemiologia e saber científico. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v.1, n.1, p. 14-27, 1998.
- CANGUILHEM, G. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- CASCUDO, L.C. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.
- CASCUDO, L.C. *O Livro das velhas figuras*, v.VIII, pesquisas e lembranças na História do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFERN, 2002. pesquisas e lembranças...
- CLAPARÈDE, E. *Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale*. Genève: Librairie Kündig, 1911.
- COMPAYRÉ, G. *Cours de pédagogie: théorique et pratique*. Paris: Paul Delaplane, 1906.
- CLAPARÈDE, E. *Psychologie appliqué à éducation: deuxième partie, application*. Paris: Paul Delaplane, 1908.
- DANTAS, C. A criança e a eugenia. *Revista do Centro Polimático do Rio Grande do Norte*, Natal, v.1, n.1, p.3-8, 1920.
- DUFESTEL, L. *Hygiène scolaire*. Paris: Octave Doin et Fils, 1909.
- FERREIRA, S.C. *A I Conferencia Nacional de Educação: contribuição para o estudo das origens da Escola Nova no Brasil*. Brasília: INEP, 1993.
- FOUCAULT, M. *Les mots et les choses: une archeologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.
- FOUCAULT, M. *Surveillir et punir*. Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits*, 1954-1988. Paris: Gallimard, 1984a. v.3.
- FOUCAULT, M. *Dits et écrits*, 1954-1988. Paris: Gallimard, 1984b. v. 4.
- HERSCHMANN, M.; KROFF, S.P.; NUNES, C. *Missionários do progresso. médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

Le BON, G. *Psychologie de l'éducation*. Paris: Ernest Flammarion, 1909.

LASSABLIÈRE, P. *Hygiène infantile*. Paris: Jauve et Cie, 1911.

LIMA, N.S. Instrução moral e cívica e economia doméstica: métodos e processos. *A República*, Natal, 23 ago. 1911. (Coluna Pedagogia, p. 1-2).

LIMA, N.S. *O culto da pátria e a missão dos mestres*. Natal: Empreza typographica Natalense, 1913.

LIMA, N.S. As modas e a educação. *Pedagogium*, Natal, v.1, n.2, p.15-20, 1921a.

LIMA, N.S. *Síntese do nosso movimento pedagógico*. Natal: Empreza typographica Natalense, 1921b.

LIMA, N.S. Métodos gerais de ensino, seu valor, regras, requisitos e divisões. *A Educação*, Natal, v.4, n.1, p.2-4, 1921c.

LIMA, N.S. *Da organização do ensino normal, profissional e primário no Sul do Brasil e no Rio da Prata*. Natal: Typographia d' "A República", 1923.

LIMA, N.S. *O celibato pedagógico feminino*. Natal: Typographia Commercial - J. Pinto & L, 1927.

MENEZES, A.B.N.T. *Nestor dos Santos Lima e a Modernidade Educacional: uma história do discurso (1911-1928)*. Natal: EDUFRN, 2009.

MONTESSORI, M. *Manual práctico del método montessori*. Barcelona: Araluce, 1915.

PAULHAN, F. *Les caractères*. Paris: Felix Alcan, 1909.

PIZZOLI, U. *Pedagogia científica*. Mileno: Francesco Vallardi, 1910.

QUAGLIO, C. *Compêndio de pedologia: guia do professor para execução da folha biográfica nas escolas primárias*. São Paulo: Typ. Siqueira, 1911.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Rio Grande do Norte. *Leis e Decretos (1908-1913)*. Natal: Typografia A República, 1913.

RIO GRANDE DO NORTE. *A Reforma do ensino*. Texto e comentário da Lei 405 de 29 de novembro de 1916. Natal: Typographia A República, 1917.

RIO GRANDE DO NORTE. Governo do Estado do Rio Grande do Norte. *Leis e Decretos (1920-1930)*. Natal: Typographia A República, 1930.

Recebido em 10/4/2009 e aceito para publicação em 27/10/2009.